

## EVOLUÇÃO DOS EDITAIS DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA: INTERFACES ENTRE PESQUISA E FORMAÇÃO DOCENTE

Giana Raquel Rosa<sup>1</sup>  
Maria Marly de Oliveira<sup>2</sup>

### RESUMO

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), criado em 2007, inicialmente atendendo às licenciaturas de Biologia, Química, Física e Matemática, apresentou nesses 15 (quinze) anos de existência, diversas alterações. Ao todo foram 9 (nove) editais, incluindo o edital que atualmente está na fase de seleção de propostas. O que difere um edital do outro? Que avanços (ou retrocessos) cada edital apresentou para o programa e para a formação docente? Essas foram as questões norteadoras desse trabalho que teve como objetivo apontar os elementos de destaque dos diversos editais PIBID, assim como relacionar as interfaces destes na formação docente (inicial e continuada) das licenciaturas contempladas. Utilizando a pesquisa documental e a análise hermenêutica, verificou-se as interfaces que o PIBID possibilita desenvolver, traz para cada integrante do projeto (professores das escolas, estudantes das universidades e professores das universidades), uma complexa teia de contribuições científicas e pedagógicas que se traduzem em vivências e experiências coletivas buscando a formação “por dentro da profissão”, num processo contínuo de afetar e ser afetado, construir e permitir construir-se/reconstruir-se. Esse processo de implantação e evolução do PIBID como política pública, que articula os saberes teóricos e práticos produzidos nas universidades e nas escolas, possibilitou/possibilita a compreensão de que a ideia inicial da proposta do programa, presentes em todos os editais, ainda está viva dentro do programa, em que pese os ataques diversos que o PIBID sofreu ao longo desses 15 anos, incluindo ameaças de extinção.

**Palavras-chave:** PIBID, Formação docente, Política pública.

### INTRODUÇÃO

O PIBID, Programa Institucional de Iniciação à Docência, foi criado em 2007 com a clara finalidade de melhorar a formação de professores no país. Um compromisso que foi abraçado conjuntamente pelo Ministério da Educação e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Como ao longo dos 15 anos o PIBID foi naturalmente alterado e, principalmente até 2014, evoluiu a partir de contribuições feitas por pesquisadores e participantes do programa, o presente trabalho<sup>3</sup> considerou as seguintes questões: Quais as

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ensino de Ciências e Matemática – UFRRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco, [gianaraquel@gmail.com](mailto:gianaraquel@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor orientadora: Doutora, UFRRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco, [marly@academiadeprojetos.com.br](mailto:marly@academiadeprojetos.com.br)

<sup>3</sup> Esse trabalho é parte integrante da tese sobre PIBID e Formação de Professores em Ciências Biológicas, em desenvolvimento.

diferenças entre os editais/portarias de cada edição do PIBID? Que avanços (ou retrocessos) cada edital apresentou para o programa e para a formação docente? O objetivo desse trabalho é apresentar as principais diferenças entre os diversos editais e portarias que acompanham a maioria dos editais e identificar os principais avanços a cada edição do PIBID.

Esses elementos são importantes para compreender a evolução do programa, assim como a forma e a importância dada à formação de professores pelos governos, ao longo desses 15 anos, uma vez que o PIBID ainda não se configura como uma política pública de Estado.

Para responder às questões propostas e atingir os objetivos utilizamos a pesquisa bibliográfica nos diversos documentos do PIBID e a análise hermenêutica dialética (OLIVEIRA, 2014), que seleciona os principais conceitos dos documentos na tentativa de desvelar as categorias para análise.

Após análise, identificamos que alguns conceitos foram comuns a todos os editais como formas de alcançar/melhorar a qualidade do ensino tanto no âmbito do ensino superior como nas escolas de educação básica: **formação docente** (inicial e continuada), **valorização** (do magistério e da escola pública), **articulação entre universidade e escola**, **melhoria da qualidade da educação**.

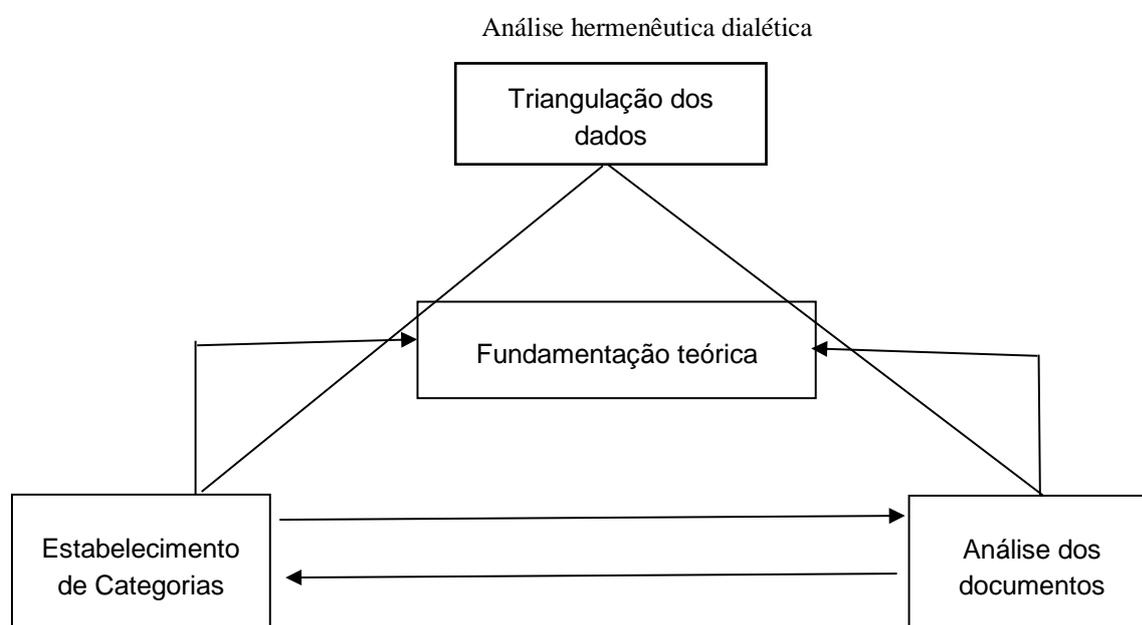
Esses conceitos, presentes em todas as edições do PIBID, concretizam com o que Nóvoa (2009) chama de formação construída “dentro da profissão”, que prevê uma “combinação complexa de contributos científicos, pedagógicos e técnicos, mas tem como âncora, os próprios professores, sobretudo os professores mais experientes e reconhecidos” (p. 216). Além disso, importante reforçar os achados de Gatti e André no Estudo Avaliativo do Programa, publicado em 2014, quando afirmam que o PIBID “é mais que um programa de bolsas”, antes de tudo se configura como um programa de “incentivo e valorização do magistério e de aprimoramento do processo de formação de docentes para a educação básica” (GATTI e ANDRÉ, 2014, p. 5).

## METODOLOGIA

Para o caminhar metodológico desta pesquisa escolhemos a abordagem qualitativa pois, como diz Minayo (2001), essa abordagem responde “a questões muito particulares” e tenta explicar os fenômenos sociais sem traduzir seus resultados apenas em números, a fim de não apenas colher e analisar os resultados, mas também refletir o movimento e a contradição, apresentados pelos dados que irão emergir de todo o processo de investigação.

Partindo desses pressupostos, essa pesquisa, que se inicia na pesquisa documental baseando-se nos editais e portarias publicadas tendo, como foco principal de análise os objetivos, os cursos que participam e as formas de funcionamento do PIBID nesses 15 anos de funcionamento. A partir dessa base, construiu-se uma matriz, baseada na análise hermenêutica, que identifica, como defende Gadamer (1999) conceitos, que mesmo “óbvios, escondem em si mesmos uma abundância de aberturas históricas” (GADAMER, 1999, p. 48), sem matematização.

Para a análise dos dados será utilizada a Análise Hermenêutica Dialética, descrita por Oliveira (2014), a partir das categorias de análise que emergem dos textos estudados.



Fonte: OLIVEIRA. 2014

## REFERENCIAL TEÓRICO - PIBID E FORMAÇÃO DOCENTE

Como política pública, o PIBID foi instituído em 2007 e, atendeu três mil (3.000) bolsistas em 2007 e cerca de noventa mil (90.000) em 2014 (GATTI E ANDRÉ, 2013), distribuídos em vários cursos de licenciatura e em instituições públicas e, posteriormente, privadas de todo o Brasil. O grupo de trabalho do PIBID é constituído por: bolsistas de iniciação à docência (estudantes das licenciaturas), professores supervisores (professores em exercício em escola pública), coordenadores de área (professores de universidade que trabalham nas



licenciaturas), supervisor institucional (professor da universidade que coordena o projeto institucionalmente).

À semelhança do PIBIC (Programa de Iniciação Científica), o PIBID oferece bolsas para estudantes universitários e professores orientadores. Mas os objetivos e escopo diferem bastante, pois o principal foco é a formação docente. Assim, os bolsistas do PIBID realizam pesquisas na área de educação, ensino e/ou aprendizagem, produzem materiais didáticos e auxiliam um terceiro agente do programa, o professor supervisor, trabalhando diretamente com ele nas suas salas de aula. O decreto nº 7219/2010, em seu 3º artigo define que são objetivos do PIBID:

- I - incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- II - contribuir para a valorização do magistério;
- III - elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- IV - inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;
- V - incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como cofomadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e
- VI - contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura. (BRASIL, 2010, p. 1)

Esses objetivos são assim expostos em quase todas as edições do PIBID a partir da publicação desse decreto.

Guimarães (in: GATTI e ANDRÉ, 2014, p. 5) afirmam que:

Com seu desenho, o PIBID é formação inicial para os alunos das licenciaturas; é, também, formação continuada para os professores das escolas públicas e para os professores das instituições de ensino superior participantes, abrindo-lhes amplas oportunidades de estudos, pesquisa e extensão.

Além disso, o PIBID visa propiciar condições de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de cunho inovador e interdisciplinar que procurem a superação de problemas identificados no processo de ensino e aprendizagem; pretende elevar a qualidade da formação inicial de docentes nos cursos de licenciatura, estimulando a integração entre educação superior e educação básica. Visa também contribuir para a práxis que se constitui relevante à formação do docente, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura e por último, mas não menos importante, o incentivo às

escolas públicas de educação básica, mobilizando seus docentes como co-formadores dos futuros docentes, tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério. (GUIMARÃES, Portaria CAPES nº 260, 2010, p. 02-03).

O conjunto de ações que ocorrem na escola e na universidade, faz do PIBID elemento fundamental no processo de ensino e aprendizagem e no desenvolvimento profissional docente, seja na formação inicial (licenciandos), seja na formação continuada (professores supervisores e coordenadores de área). Segundo Huberman (2000, p. 38), “o desenvolvimento de uma carreira é, assim, um processo e não uma série de acontecimentos”. Esse pensamento é corroborado por Freire (2003) quando coloca que “educar exige a consciência do inacabamento” (p. 50) e, justamente na inconclusão que se funda a educação como processo permanente.

Nóvoa (1991, p. 30) diz, ainda, que a “formação continuada deve alicerçar-se numa reflexão na prática e sobre a prática, através da dinâmica de investigação-ação e de investigação-formação, valorizando os saberes de que os professores são portadores”.

Paralelo a isso, Zeichner (1998, In: GERALDI, FIORENTINI e PEREIRA) chama a atenção, inclusive dos acadêmicos para que vejam os professores das escolas como produtores de conhecimento e não apenas para contribuir para o seu desenvolvimento profissional. Fazendo o contraponto desse pensamento tão comum nas universidades e, que se repete, inclusive no mito de que as ciências humanas desenvolvem pesquisas que são menos valorizadas, o PIBID, faz a tentativa de articular e vivenciar todos os integrantes em atividades de pesquisa, considerando que

professores, tratados como profissionais que pensam, têm autonomia para decidir como relacionar o conhecimento atual do aluno com o novo conhecimento e como fazer uso deste conhecimento em classe. O pesquisador acadêmico estuda, então, com os professores, como estes usam a informação da pesquisa e a pedagogia do projeto emerge dos professores através de pesquisa-ação colaborativa” (ZEICHNER, 1998, in: GERALDI, FIORENTINI e PEREIRA p. 220).

E é nesta vertente, que o PIBID funciona como articulador entre docente e sua formação continuada, viabilizando a simultaneidade dos acontecimentos e conhecimentos, os quais estão a todo instante em erupção. Para Silva (2000, p. 90), “os desafios de uma sociedade em contínua mudança apresentam novas exigências, tanto à cidadãos individualmente considerados, quanto aos sistemas organizacionais, e reclamam respostas adequadas”.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao todo, tivemos, até esse momento, 9 (nove) editais PIBID que apresentam semelhanças e diferenças, sem perder de vista que o programa foi criado para a formação docente e o envolvimento de professores de escolas públicas e universidades e os estudantes de licenciaturas em formação. O programa inicia com o foco nas licenciaturas da área de Exatas, mas no Edital N° 02/2009 foi ampliado para outras licenciaturas e, a partir de 2012, todas as diferentes licenciaturas reconhecidas no país podiam participar do projeto.

Sobre os objetivos, os Editais do PIBID possuem um núcleo que giram, a grosso modo, em torno de incentivo à formação docente e melhoria da qualidade da formação, valorização do magistério, melhoria da qualidade da educação, articulação entre educação superior e educação básica, valorização da escola pública, fomentar experiências metodológicas e inovadoras. Aqui cabe destaque para o Edital 2013 que trouxe uma inovação, o viés da Diversidade e, por isso, foi incluído um objetivo referente a esse ponto: “contribuir para que os estudantes de licenciatura se insiram na cultura escolar do magistério, por meio da apropriação e da reflexão sobre instrumentos, saberes e peculiaridades do trabalho docente”. (Portaria 96/2013). Possivelmente em função dos ataques que o PIBID sofreu desde 2015 e das escolhas políticas dos tempos em que vivemos, esse objetivo foi excluído dos editais posteriores.

Em relação ao tempo de duração, a maioria dos editais durou entre 18-24 meses. No entanto, a edição que iniciou em 2013 (Edital N° 061/2013), teve 48 meses de duração. A experiência da época, permitiu destacar que, possivelmente, este foi o tempo mais produtivo do PIBID, uma vez que permitiu o acompanhamento dos processos ao longo de 4 anos e trabalhou com um grupo misto, parte de licenciandos que estavam no início do curso e parte do grupo já estava na segunda metade do curso. Esse tempo possibilitou não apenas uma maior permanência do projeto nas escolas, trazendo benefícios no acompanhamento dos professores em sua trajetória escolar por mais tempo, a fim de verificar como a “troca de experiências e a partilha de saberes consolidam espaços de formação mútua, nos quais cada professor é chamado a desempenhar, simultaneamente, o papel de formador e de formando” (NÓVOA, 1992, p. 16), mas também possibilitou que os estudantes das escolas públicas e estudantes universitários fossem acompanhados por um tempo que abrange toda ou quase toda a sua formação. Nessa edição, o PIBID possibilitou que “professores em formação precisam examinar os propósitos e as consequências de suas práticas de ensino desde o início de seus cursos de preparação”



(ZEICHNER e DINIZ-PEREIRA, 2011, p.63), refletindo, ao longo do processo, as dimensões didático-pedagógicas, sociais, políticas e éticas necessárias à formação docente.

Sobre o funcionamento geral do PIBID, Silveira (2017) chama a atenção das diversas formas que as escolas e as universidades desenvolveram o PIBID: alguns olhando a formação docente de forma crítico-reflexiva (articulando teoria e prática, ensino e pesquisa), outros claramente contribuído para o entendimento de formação docente se confunde com a visão instrumental (ênfase na produção de materiais didáticos) ou teóricas (ênfase nos estudos dos textos e autores). Dessa forma é importante destacar que existiu (e existe) vários modelos de PIBID em função das concepções de educação e formação que os grupos abraçavam. Esse contexto reflete o pensamento de Silveira (2017, p. 54) quando afirma que “muitas compreensões, ideias divergentes, distintos projetos... O Brasil é diverso e, naturalmente, seria assim ao se pensar o processo de formação de professores”.

Essas questões gerais apontadas, o passo seguinte foi proceder a análise hermenêutica dialética partindo dos objetivos do PIBID (os objetivos que se consolidaram após 2010 estão expostos no Referencial Teórico). Nessa análise, os principais conceitos que emergem dos Editais e Portarias de cada edição do programa foram: **formação docente, valorização, articulação e qualidade**. A partir desses conceitos, faremos uma pequena reflexão de forma a tentar encontrar o “dito” e o “não dito”, como é comum na análise hermenêutica, bem como pequenas reflexões que cada conceito suscita a fim de alcançar uma melhor compreensão sobre os objetivos do programa.

**Formação docente** – a preocupação com a formação docente se consolida no país a partir de 1988, com a promulgação da Constituição cidadã e, depois, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/1996). A partir desses documentos, uma série de outros documentos passam a ser produzidos e iniciam uma certa “revolução” na forma de ver a formação docente no país (Parâmetros Curriculares, Diretrizes Curriculares, Pareceres, do Conselho Nacional de Educação, etc). Assim, entre legislações, programas e projetos que se preocupavam com a formação docente, o PIBID tenta transcender a tradição de simples treinamento e reprodução de modelos didáticos como elementos essenciais na formação para a busca de um modelo de formação que considera observações e reflexões articuladas entre os planos teórico, prático, político, filosófico, ético e estético; os processos de diálogos que permitem uma melhor compreensão de todos esses elementos; a aprendizagem coletiva tanto dentro da universidade como na escola campo e outros espaços sociais em que a escola está

inserida; o incentivo à pesquisa. No PIBID, os objetivos I, III, IV, V e IV<sup>4</sup> se relacionam com a formação docente, de forma direta ou indireta, dentro do contexto de que formar é mais que “adestrar” o estudante e o professor em práticas pedagógicas. Nesse sentido, o PIBID contribui para o entendimento de que formação (*Bildung*) designa todo um processo de transferência do “dever para o ser” (GADAMER, 1999, p.50), um projeto que luta para superar o reducionismo técnico em um “movimento em que o sujeito afasta-se de si para apropriar do sentido do mundo” (HERMANN, 2003, p. 100).

**Valorização** – segundo Marx (2005), algo tem valor quando se relaciona com o trabalho humano. Partindo desse contexto, embora a educação seja uma das profissões que mais requer trabalho humano, trabalho imaterial, o processo de valorização da educação no país esbarra na estrutura histórica que “se expressaram, negativamente, de várias formas: pelo desmantelamento da escola pública e reforço da educação como ‘negócio’; pelo dualismo que materializava uma quantidade de serviços educacionais diversos para as classes trabalhadoras e classe dominante; pelo tecnicismo e fragmentação que diluíram e esmaeceram o processo de conhecimento; pela proletarização do magistério público, etc.” (FRIGOTTO, 2010, p. 21). Assim, a discussão da valorização (da educação, do magistério, da escola, dos professores, entre outras) colocada nos objetivos do PIBID, reflete (ou deveria refletir) o caráter histórico da educação em geral e de cada área, das funções sociais do trabalho docente e da própria educação dentro de uma sociedade capitalista. Interessante destacar que nos primeiros documentos (chamada pública 2007, editais e/ou Portarias das edições do PIBID de 2007, 2009, 2010), os textos falam em “valorizar o magistério, incentivando os estudantes que optam pela carreira docente”. Assim, o próprio programa traz uma contradição pois como o mesmo não é aberto para todos os licenciados, essa “valorização” certamente fica e ficará prejudicada. Esse ponto é destacado por Libâneo (2011) quando afirma que o não investimento na educação e a falta de políticas permanentes de formação contribuem, entre outros elementos, para o fracasso das políticas educacionais. Em que pese todos os textos que tratam do PIBID destaque a valorização da profissão, é fato que a redução dos investimentos no programa e a não regulamentação do programa como política de Estado, contribui para a desvalorização do próprio programa.

**Articulação** – Articular significa estabelecer relações entre as coisas, de forma coerente com o espaço-tempo que vivemos. A articulação proposta pelo PIBID ocorre principalmente

---

<sup>4</sup> Confere o Referencial Teórico.

nas relações entre teoria e prática pois é essa articulação que enriquece o diálogo pedagógico, que segundo Hermann (2003, p. 98) “constitui um amplo espaço para a reflexão racional das normas vigentes no ambiente educacional”. Articular deveria ser uma condição básica para a formação docente. Entre o escrito e o subentendido dos documentos estudados, a articulação teoria e prática reforça o pensamento de Zeichner (1998) quando afirma que as teorias derivam da prática, assim como as práticas refletem uma certa filiação teórica. Esse pensamento expressa que a histórica divisão entre teoria e prática é construída historicamente e socialmente. Mais que isso, Lüdke e Cruz (2005) entendem essa separação como um “defeito congênito” no processo de formação e o PIBID aposta na superação dessa dicotomia. Na essência dos documentos, o PIBID tenta superar esse “defeito congênito”, entre outras coisas, com o desenvolvimento dos projetos exclusivamente dentro de escolas públicas, na busca de uma articulação escola-universidade, ambos reconhecidos como espaços de aprendizagem, de ensino, de pesquisa.

**Qualidade** – O conceito de qualidade, nos últimos anos, ganhou ênfase nas políticas educacionais brasileiras e mundiais. Nesse sentido, é importante perguntar que qualidade é essa que se persegue? A qualidade que servirá para ranquear as escolas e os cursos entre melhores e piores? Ou a qualidade que submetida à processos de controle e padronização, submissa ao contexto neoliberal, conforme afirma Freitas (2018)? Ou a qualidade que vem articular os processos de humanização e transformação social que deveriam estar articuladas aos processos educativos? Importante considerar que alguns editais e portarias (edições de 2009 e 2010) fazem menção direta à avaliação de desempenho através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e os instrumentos de avaliação de larga escala: Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Prova e Provinha Brasil, entre outros. E, embora as outras edições não façam a relação direta entre essas avaliações, o conceito de qualidade está presente em todas as edições. No que está escrito e no que está subentendido nos documentos, encontramos que as ações do PIBID devem melhorar os índices de qualidade da escola e dos cursos de formação de professores. Basta decidir que conceito de qualidade cada projeto escolhe trabalhar.

Para fechar essa pequena análise devemos destacar a mudança no público alvo dos bolsistas de iniciação científica. Até a edição 2013 os estudantes que participavam do PIBID estavam entre 2º período e o 6º ou 7º período, mas a partir de 2018, os bolsistas de iniciação científica seriam selecionados entre os que estivessem na primeira metade do curso tendo concluído um percentual inferior a 60% do curso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 15 (quinze anos) o PIBID sofreu várias alterações mas a grande vantagem é que este programa cumpre sua finalidade e objetivos que é de trabalhar a formação de professores a partir de uma articulação entre universidade/escola e buscando a valorização profissional desde a formação. Na questão da valorização (da profissão, da formação) ainda há muito o que avançar, a começar com a limitação do número de estudantes, pois os cortes que atingiram o programa, conseqüentemente, reduzem a participação. Assim, essa redução cria uma política de exclusão, o que prejudicará o processo de transformação cíclica ao qual o PIBID se propõe a desenvolver. Mas, mesmo enxergando esse aspecto, uma política se expressa através das pessoas que dela participam.

A manutenção do PIBID, o cumprimento da sua finalidade e dos seus objetivos expressos, passa pela discussão dos textos oficiais, pela discussão e fortalecimento dos cursos de licenciatura com as disciplinas pedagógicas organicamente entrelaçadas ao currículo de formação, pela luta para que o projeto se converta em uma política de Estado que seja permanente e que se estenda a todos os estudantes de licenciatura que dela quiserem (ou puderem) participar. Muita luta pela frente.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 7.219 de 25/06/2010. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência e dá outras providências. Disponível em: <[www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)>. Acesso em: jun. 2013.

BRASIL. MEC. Portaria normativa nº 16, de 23 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de dezembro de 2009.

BRASIL. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de janeiro de 2009.

BRASIL, CAPES/DEB. Relatório de Gestão da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/1892014-relatorio-parfor-pdf>. Acesso em out.2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 27.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.



FREITAS, L.C de F. **A reforma empresarial da educação**. Nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GADAMER, H.G. **Verdade e método** – Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 3.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

GATTI B. A, ANDRÉ, M.E.D.A. **Um estudo avaliativo do Programa Institucional de bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)**. São Paulo: FCC/SEP, 2014. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/biblioteca/publicacoes/textos>.

GERALDI, C.M.G; FIORENTINI, D; PEREIRA, E.M.A. (orgs). **Cartografias do trabalho docente: professor(a) pesquisador(a)**. Campinas: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1998.

HUBERMAN, M. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NOVOA, A. (org). **Vidas de professores**. 2.ed. Porto: Porto Editora, 2000.

LIBANEO, J.C e SUANNO, M.V.R. (orgs.) **Didática e escola em uma sociedade complexa**. Goiania: CEPED, 2011.

LOCATELLI, Cleomar. A Política Nacional de Formação Docente: o programa de iniciação à docência no contexto brasileiro atual. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 12, n. 2, p. 308-318, maio/ago. 2018.

MARX. K. **Marx: Para a crítica da economia política do Capital**. São Paulo: Nova Cultural. Coleção Os Pensadores. 2005.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

NOVOA, A. **Formação de professores e formação docente**. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4955743/mod\\_resource/content/1/Antonio%20Nova%20-%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20professores%20e%20profiss%C3%A3o%20docente.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4955743/mod_resource/content/1/Antonio%20Nova%20-%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20professores%20e%20profiss%C3%A3o%20docente.pdf)

NÓVOA, A. (coord.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa : Dom Quixote, 1997.

NOVOA, A. (org). **Vidas de professores**. 2.ed. Porto: Porto Editora, 2000.

NOVOA, A. Para uma formação de professores construída dentro da profissão. In: NOVOA, A. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

PANIAGO, Rosenilde Nogueira; SARMENTO, Teresa. A Formação na e para a Pesquisa no PIBID: possibilidades e fragilidades. **Educ. Real.**, Porto Alegre , v. 42, n. 2, p. 771-792, jun. 2017. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-62362017000200771&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362017000200771&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 27 abr. 2021. Epub 23-Fev-2017. <https://doi.org/10.1590/2175-623658411>.

SILVA, A. M. C. A. Formação Contínua de Professores: Uma reflexão sobre as práticas e as práticas de reflexão em formação. **Portugal: Educação e Sociedade**, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n72/4195.pdf>. Acesso em 14 Set 2015.

SILVEIRA, Helder Eterno da. Memórias sobre o Pibid: concepções, criação e dinâmica de funcionamento. **Crítica Educativa** (Sorocaba/SP), v.3, n.2 -Especial, p. 50-62, jan./jun.2017.

ZEICHNER, K.M. Para além da divisão entre professor-pesquisador e pesquisador acadêmico. In: GERALDI, C.M.G; FIORENTINI, D; PEREIRA, E.M.A. (orgs). **Cartografias do trabalho docente: professor(a) pesquisador(a)**. Campinas: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1998.

ZEICHNER, Kenneth M. e DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio (org.). **A pesquisa na formação e no trabalho docente**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.